

[ARTIGO]

HISTÓRIA DA ÁFRICA E POVOS AFRICANOS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: uma análise dialógica do discurso

Maysa Almeida e Almeida¹
Sandra Maria Campos Alves²

RESUMO

O objetivo deste artigo é dialogar sobre como o ensino de História da África e dos Povos Africanos está sendo proposto pelo livro didático de História adotado pelo PNLD. Para isso, temos como corpus o Livro didático de História do Projeto Araribá Conectado 7º ano do fundamental, da Editora Moderna. A análise dialógica do corpus considera os enunciados verbais, com base na teoria dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin, buscando compreender como a África, os povos africanos e suas culturas são representadas e como os livros dialogam com discursos históricos anteriores e atuais. Os resultados indicam que no livro didático há elementos que apontam para um percurso em direção a uma educação decolonial e para as relações étnico raciais, rompendo com a visão eurocêntrica predominante por tanto tempo da história e historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Dialógica do Discurso; História da África; Livro Didático;

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss how the teaching of the History of Africa and African Peoples is being proposed by the History textbook adopted by the PNLD. To this end, we have as our corpus the History Textbook of the Araribá Conectado Project for 7th grade of elementary school, published by Editora Moderna. The dialogical analysis of the corpus considers the verbal statements, based on Mikhail Bakhtin's dialogical theory of discourse, seeking to understand how Africa, African peoples and their cultures are represented and how the books dialogue with previous and current

¹ Doutorado em Educação pela UERN.

² Docente do IFRN.

historical discourses. The results indicate that the textbook contains elements that point to a path towards decolonial education and ethnic-racial relations, breaking with the Eurocentric view that has prevailed for so long in history and historiography.

KEYWORDS: Dialogical Discourse Analysis; History of Africa; Textbook;

INTRODUÇÃO

No século XXI, muitas conquistas se consolidam no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, em especial, podemos citar a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório no currículo oficial das escolas, nos estabelecimentos de ensinos, o ensino de história e cultura afro-brasileira, de forma a destacar a importância dessas culturas e desses povos, sua ancestralidade, a diversidade étnica cultural existente no continente, bem como a sua importância na formação da sociedade brasileira, a valorizar toda a colaboração que tiveram em todas as esferas da nossa sociedade, seja na economia, educação, arte e tantas outras áreas.

Este artigo, portanto, pretende analisar, sob a perspectiva dialógica do discurso, como o livro de História do 7º ano, do Projeto Araribá Conecta, apresenta a África e Cultura Afro Brasileira, apresenta esses temas, entendendo o livro didático como um instrumento que contribui consideravelmente com o processo de ensino aprendizagem.

Este tema tem sido discutido nos últimos cinco anos em artigos e teses, a exemplo da tese de Adínia Santana Ferreira, com título “A HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS LIVROS DIDÁTICOS: REFLEXÕES SOBRE PNLD 2018” publicada em 2021, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília para a obtenção do título de doutora em História e o artigo produzido por Andrêssa Glaucyara Silva Ramos e Kássia Mota de Sousa, com o título “LIVRO DIDÁTICO E A LEI Nº 10.639/03: O QUE NOS REVELA ESSE MATERIAL PEDAGÓGICO?”, publicado na edição especial da Revista Educação Inclusiva da UEPB, no volume 6, no ano de 2022.

O artigo traz os seguintes diálogos, uma parte introdutória, uma segunda parte que se propõe a tratar sobre a institucionalização do Ensino de História da África e cultura Afrobrasileira e o caminho percorrido no Brasil, uma terceira parte que discutir brevemente sobre o livro didático como instrumento no processo educativo, em seguida apresento o livro Projeto Araribá de História, enquanto corpus, a partir da

postura dialógica resultante da adoção da concepção bakhtiniana. Em seguida, discuto os dados resultantes da análise dialógica do livro. Por fim, apresento as considerações finais.

A institucionalização do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

[...] mesmo tendo acesso a inúmeras vozes, somente algumas delas vão ser ouvidas e identificadas como legítimas ou dotadas de autoridade (Ball, 1994, p. 4).

A luta por uma educação para as relações étnico-raciais, é uma luta que remonta ao um passado mais remoto, ainda no fim do século XIX, após a abolição, mas é uma luta incessante que perdura até nossos dias atuais, uma luta dura que perpassa o âmbito escolar e as relações de ensino aprendizagem.

No século XX surgem os Movimentos Sociais Negros, que, desde as primeiras manifestações, já questionavam a necessidade de mobilização para o ensino da diversidade brasileira e o ensino de história africana, processo pelo qual o negro chegaria à sua libertação cultural e intelectual, recuperando os valores afro-brasileiros. Movimentos como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento, o Movimento Negro Unificado, e a Participação da Marcha Zumbi dos Palmares, foram e são extremamente importantes e que já discutiam e reivindicavam uma educação antirracista e uma educação que tornasse possível o acesso a história de seus ancestrais.

Durante duas décadas os debates acerca da temática étnico-racial foram amordaçados, como tantos outros discursos, pela Ditadura Militar. Passado esse período, o debate sobre educação ganha espaço na agenda política e no ano de 1988 é promulgada a constituição conhecida como “Constituição Cidadã”, onde várias pautas puderam ser abordadas, entre elas o direito à educação, como responsabilidade do Estado.

Em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei nº 9.394/96, inserindo em seu texto normativo princípios educacionais baseados no respeito à liberdade e à tolerância, bem como a indicação de que a História do Brasil deveria promover uma discussão que destacasse as contribuições

das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as de matriz indígena, africana e europeia (Dias, 2005, p. 55).

A partir do primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, podemos perceber um grande esforço para impulsionar processos de transformações sociais por parte do Estado, tendo em vista o reconhecimento das disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade. Neste governo foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678. 50, e no mesmo ano foi criada a Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira.

§ 1º - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Não há controvérsias em reconhecer que a lei foi um grande avanço e uma grande conquista para a educação como um todo e, de maneira especial, uma grande conquista que possibilitou a democratização do ensino e o fortalecimento da luta contra o racismo. A Lei nº 10.630/2003 pode também ser considerada uma ação afirmativa na medida em que busca a valorização e o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Segundo Aguiar (2009), somente uma postura do Estado, por meio de políticas públicas, poderia combater as desigualdades raciais no Brasil. Percebemos, então, a partir da Lei nº 10.639/2003, e de outras políticas governamentais, que já foram dados alguns passos no caminho do combate à desigualdade racial.

Passados mais de vinte anos da publicação da lei, ainda buscamos entender como essa lei está sendo aplicada na prática da relação ensino aprendizagem, e de forma específica buscamos compreender, dentro deste contexto educacional, como o

livro didático de história tem abordado a História da África e Cultura Afro brasileira, o que pretendemos analisar em seguida a partir da discussão do corpus da pesquisa.

O corpus discursivo

Esta investigação teve como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a análise do livro didático de história considerando os enunciados verbais contidos no Livro de História do 7º ano do fundamental, Araribá Conecta.

Para Bittencourt (1993) o livro é um enunciado para além de um instrumento mediador no processo educativo:

O livro escolar foi concebido pelo poder instituído como um poderoso instrumento para fixar e assegurar determinada postura educacional, veículo privilegiado para inculcar normas e ortodoxias. O livro didático proposto a partir da instalação de instituições escolares públicas deveria se encarregar de uniformizar o saber escolar, de construir uma forma de pensar a ciência e de reforçar a disseminação de crenças religiosas oficiais. (BITTENCOURT, 1993, p. 77)

Diante dessa afirmativa, podemos entender a amplitude da importância do livro didático no processo educacional. O autor faz uso de adjetivos carregados de valores que maximizam a importância deste enunciado, apresentando-o como um “poderoso instrumento”, capaz de “inculcar” normas, de “uniformizar saberes” e de “reforçar” padrões religiosos e sociais.

Para Bakhtin o livro é:

Um livro, ou seja, um discurso verbal impresso também é um elemento da comunicação discursiva. Esse discurso é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada, também impressa, sob formas diversas elaboradas em dada esfera da comunicação discursiva (resenhas, trabalhos críticos, textos que exercem influência determinante sobre trabalhos posteriores etc.). Além disso, esse discurso verbal é inevitavelmente orientado para discursos anteriores tanto do próprio autor quanto de outros, realizados na mesma esfera, e esse discurso verbal parte de determinada situação de um problema científico ou de um estilo literário. Desse modo, o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante. (Bakhtin, 19p.219)

Há, portanto, uma relação dialógica do livro com seu interlocutor, dialoga e responde a enunciados pretéritos em amplitude mediata e imediata, respondendo não só das normativas, mas em resposta a disputas ideológicas vigentes, as pressões

sociais, a exemplo das reivindicações do movimento negro que leva a cabo a implantação da Lei 10.639/2003.

Entendendo a importância do livro didático no processo de aprendizagem, principalmente no ensino fundamental, escolhemos como corpus a ser analisado, o livro didático de História, Projeto Araribá Conecta, do 7º ano do fundamental II, PNLD 2024, que aborda o ensino de história da África e Cultura Afro Brasileira.

Figura 1 - Capa do livro



Fonte: Livro Araribá conecta história, 7º ano, manual do professor

O livro é uma obra coletiva produzida pela Editora Moderna e tem como responsável Maria Clara Antonelli Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Ele está dividido em oito Unidades, a primeira delas, a Unidade 1, que tem como título "Reinos e povos da África", nesta unidade o livro apresenta dois Capítulos, o Capítulo 1: Os Reinos do Sahel, neste capítulo o livro aborda o Reino de Gana e o Império de Mali; no Capítulo 2: Povos Iorubás e Bantos, aborda os Reinos Iorubás e a diversidade dos povos Bantos.

Figura 2 - Sumário
África

Figura 3 - Capa Capítulo Reinos e Povos da



Fonte: Araribá conecta história, 7º ano, manual do professor.

O livro de história Araribá conecta é um enunciado verbal impresso, do gênero secundário ou complexo, um enunciado concreto que é elemento de uma comunicação discursiva. É uma obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. E tem como responsável Maria Clara Antonelli, Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP) e circula no contexto do âmbito escolar.

Na perspectiva da responsividade do enunciado entendemos que o livro mantém uma relação dialógica com seus interlocutores, e foi produzido pensando nestes. Seus interlocutores imediatos serão as avaliações do PNLD, edital de convocação 01/2022 - CGPLI edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos educacionais digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2024-2027. Mas também serão interlocutores os professores e estudantes, que por sua vez iniciarão uma discussão dialógica a partir da sua relação com os enunciados do livro, pois este enunciado exerce influência sobre enunciados posteriores.

O corpus ainda realiza uma relação dialógica com enunciados precedentes, de maneira imediata, sendo produzido em resposta ao Edital de Seleção do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Responde ainda, de maneira menos

imediate, às exigências impostas pela Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da história da África e dos africanos, de forma a destacar a importância dessas culturas e desses povos na formação da sociedade brasileira, a valorizar toda a colaboração que tiveram em todas as esferas da nossa sociedade, seja na economia, educação, arte e tantas outras áreas. Segundo a letra da lei, os conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

O livro apresenta um discurso didático, discursos presentes no enunciado discurso didático Didática há a presença indireta de historiadores que narram a história de forma decolonial. A voz acadêmica e histórica está presente, buscando uma representação mais justa e fiel da África pré-colonial.

É possível perceber uma ruptura discursiva: há tentativas de recuperar a memória dos grandes impérios africanos, com destaque para personagens históricos como Mansa Musa (rei de Mali), para o comércio transaariano e para a riqueza cultural, religiosa e arquitetônica desses povos. Nesse caso, o discurso busca produzir outros efeitos de sentido, valorizando o protagonismo africano e a centralidade da África na história global.

Um enunciado pode ser capaz de defender e estabelecer posturas e pensamentos que serão reproduzidos, de dar continuidade a pensamentos e discursos pretéritos. Um instrumento tão eficaz, usado pelo poder institucional, hoje pode também romper com velhos discursos e abrir margem para novos diálogos e discussões e fazer elos com discursos posteriores trazendo novas perspectivas.

Desse modo, o discurso verbal impresso participa de diálogos ideológicas em grande escala, respondendo a questões e reivindicações sociais impostas por seu contexto histórico e de forma perceptível o Livro Araribá Conecta realiza esses elos confirmando que a história e a historiografia vêm rompendo com a visão eurocêntrica, com o paradigma dominante positivista, vejamos:

Figura 4 - Texto sobre História Oral

**Lugar e cultura**

A tradição oral

MULTICULTURALISMO

A tradição oral é muito importante para as sociedades africanas. Isso significa que a maior parte dos conhecimentos, das lendas e das histórias, entre outras manifestações culturais, é transmitida oralmente de geração em geração. Desse modo, as tradições orais, as técnicas e os rituais ligados à palavra, ao corpo e à musicalidade têm sido cada vez mais reconhecidos como práticas importantes para a preservação das memórias. Os mestres de uma tradição conhecem e preservam os saberes, os costumes, e as experiências adquiridos ao longo do tempo por uma sociedade. Por isso, são muito valorizados no grupo. Na África, os mestres da tradição oral mais conhecidos são chamados de griots.

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita; como na África Ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade. Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, "ausência do escrever", e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados, que encontramos em tantos ditados, como no provérbio chinês: "A tinta mais fraca é preferível à mais forte palavra". Isso demonstraria uma total ignorância da natureza dessas civilizações orais.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História oral da África: metodologia e prática*. 2. ed. Brasília: Unesco, 2016. v. 1. p. 319.



Contadora de histórias griot, em Mali.
Fotografia de 2008.

1. O historiador Jan Vansina afirma que "seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, 'ausência do escrever'". Explique com suas palavras essa afirmação.
2. Por que a palavra falada, tanto quanto a palavra escrita, pode ser considerada fonte histórica?

17

Fonte: Livro Araribá conecta história, 7º ano, manual do professor.

O discurso destacar a importância da História Oral, rompendo com a predominância valorativa a fontes históricas documentais, a validade única das fontes históricas documentais, caminhando para uma nova perspectiva, da decolonialidade que propõe uma visão fora dos padrões eurocêntricos e busca e presa a refutar ou confirmar algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante.

E ainda relacionando-se com a perspectiva decolonial, o enunciado participa de uma discussão ideológica étnica racial, no que diz respeito às discussões sobre a memória e a história desses povos, permitindo um fortalecimento das relações étnicas identitárias, a partir de abordagem de uma visão positiva valorativa da África e dos Povos africanos.

Considerações finais

A partir da perspectiva dialógica do discurso, foi possível compreender como o livro didático de História do 7º ano, da coleção *Projeto Araribá Conecta*, constroi representações sobre a História da África, dos povos africanos e da cultura afro-

brasileira. Entendido como um instrumento pedagógico que se insere em uma esfera comunicativa específica, o livro didático não apenas transmite saberes, mas também dialoga com discursos ideológicos, históricos e sociais que permeiam a educação básica.

Assim, reafirma-se a importância do livro didático e refletir sobre o discurso presente neles é também repensar os rumos da educação histórica no Brasil contemporâneo, contribuindo para uma formação cidadã mais inclusiva, plural e comprometida com a equidade racial, abrindo espaço para eles com novos enunciados e discursos a posteriori.

Referências Bibliográficas

BALL, Stephen. *Education Reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. CEPPIR, INEP: Brasília, 2004.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003*. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio: Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias*. Volume 3. Brasília, 2006.

BRASIL. *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 01/2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. PARECER CNE/CP nº 003/2004.

BRASIL. *Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para todos).

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2016.

DIAS, Lucimar R. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei. 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: SECAD, 2005. (Coleção Educação para Todos).

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj; Ucam, 2005.

HOFBAUER, Andreas. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 9-56. 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: documentos de uma militância panafricanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *"O Mundo Negro"*: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *"O mundo negro"*: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

VOLÓCHINOV, V. (2018). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2ª edição. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Editora 34.